

**- LXXXII -****A ATUAÇÃO DA REDE POLÍTICA NA ELABORAÇÃO DA  
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR**

**Silvana Malheiro do Nascimento Gama** – NUGEPPE/UFF  
smalheiro2004@yahoo.com.br

**Jorge Najjar** – NUGEPPE/UFF  
jorgenajjar@gmail.com

**INTRODUÇÃO DO PROBLEMA**

Os anos 1990 marcaram a eclosão de políticas educacionais fortemente centradas no currículo. No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, promulgada em 20 de dezembro de 1996 (LDB nº 9394/96), se apresentou como importante detonador de políticas curriculares, incumbindo à União a responsabilidade de estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, “competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que (...) [northeast] os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum” (BRASIL, 1996, s.p.). A LDB também indica, em seu artigo 26, que os currículos do ensino fundamental e médio devem ter “uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada” (BRASIL, 1996, s.p.).

Iniciou-se, assim, a partir da promulgação da LDB, a discussão de diretrizes curriculares nacionais. A aprovação das primeiras Diretrizes data de 1998<sup>47</sup>.

Não obstante, o Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado através da Lei Nº 13.005, de 25 de julho de 2014, estabeleceu a elaboração de uma base nacional comum curricular composta por direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os (as) alunos (as) (BRASIL, 2014). De acordo com o PNE, o MEC, em articulação e colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, deveria até o final do segundo ano de

---

<sup>47</sup>AResolução CEB Nº 3, de 26 de junho de 1998 instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

sua vigência, elaborar e encaminhar a proposta de base nacional comum ao CNE, precedida de consulta pública nacional.

Assim, cerca de um ano após a publicização das DCN da educação básica e dois meses após a regulamentação do PNE, o MEC iniciou, em agosto de 2014, o processo de consulta aos estados e municípios com o objetivo de definir a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

No entanto, cerca de um ano antes, em abril de 2013, um grupo autodenominado de especialistas se reuniu para discutir a adoção de uma Base Nacional Comum no Brasil. Assim, estava criado o Movimento pela Base Nacional Comum, formado voluntariamente por pesquisadores, intelectuais e executivos de grandes empresas e, juntamente com esse seletivo grupo, as chamadas instituições filantrópicas. Recebe apoio institucional de entidades públicas e privadas. Individualmente, seus membros também representam diferentes setores da sociedade (nacional e internacional), incluindo professores, membros dos Poderes Legislativo e Executivo, órgãos representativos, bancos, instituições privadas, organizações sem fins lucrativos, associações filantrópicas e fundações.

A questão que se coloca é: por que uma elite financeira estaria interessada em promover e fomentar políticas curriculares, em especial a Base Nacional Comum Curricular? De que forma a BNCC atenderá aos anseios de uma rede de agentes que ocupam posição privilegiada na economia nacional? Qual será a influência dessa rede na promoção da BNCC? Neste estudo, trabalharemos com a hipótese de que as redes viabilizam uma nova maneira de se propor e fazer políticas na educação, configurando novas formas de articulação entre Estado e sociedade. Buscaremos investigar as implicações de a política educacional nacional ser fomentada e incrementada por essa rede de governança, indagando sobre o modo como se constitui e como opera essa rede, em especial através do Movimento pela Base Nacional Comum.

## **DESENVOLVIMENTO**

A inserção de agentes privados no setor público não é exclusividade do Brasil, nem pode ser localizada claramente no tempo. Ball (2004) denomina esse fenômeno como “acordo político do Pós-Estado da Providência” (p.1106), ao analisar a privatização e a mercantilização do setor público na Inglaterra e em outros países, a partir das mudanças nos papéis do Estado, do capital, das instituições do setor público e dos cidadãos e nas suas relações entre si.

As mudanças propostas para a Educação nos anos 1990 resultaram de um diagnóstico que atrelava a crise do capitalismo à crise do Estado, logo a solução apresentada propunha a Reforma do Estado por meio da diminuição de sua atuação. Sob a lógica neoliberal, o capitalismo não se encontrava em crise, mas sim o Estado.

O receituário dos anos 1990 destacou duas medidas, tendo em vista a necessidade de redimensionamento do Estado, a saber, “a racionalização dos recursos, entendida como a diminuição nas políticas sociais existentes, e o esvaziamento do poder das instituições governamentais” (ADRIÃO; PERONI, 2004). Duas foram as estratégias adotadas: a privatização, buscando transferir completamente ao mercado a responsabilidade pela execução e financiamento das políticas sociais, e, como segunda opção, a introdução da lógica mercantil no funcionamento do setor público (ADRIÃO; PERONI, 2007; BALL, 2004).

De acordo com Ball, no início do século XXI, passamos a conviver com “uma multiplicação e uma efervescência do discurso sobre o “privado” e os “negócios” no setor público, articulado em especial por meio de noções como a de “parceria”” (BALL 2004, p. 1111).

Presenciamos nessa última década, no mundo e também no Brasil, “o papel cada vez maior das empresas, dos empreendimentos sociais e da filantropia na prestação de serviços de educação e de políticas educacionais, e o surgimento de novas formas de governança em rede” (BALL, 2012, p. 23).

Ball (Ibdem) analisa a potencialidade do conceito de rede tanto do ponto de vista metodológico quanto teórico para realizar o estudo das políticas educacionais no mundo globalizado. As redes são tratadas por Ball (Ibdem) como comunidades políticas articuladas em torno de problemas sociais e suas soluções. Tais redes representam um conjunto de mudanças reais nas formas de governança da educação, nacional e global. Também denominada de governança em rede, refere-se ao tratamento de problemas de políticas públicas aparentemente intratáveis por meio de respostas gerenciais, organizacionais e empresariais, com ênfase na parceria, na colaboração e no trabalho em rede. Como demonstram as redes com as quais Ball (Ibdem) sustenta sua argumentação, vivemos, hoje, uma reterritorialização das políticas, na qual as fronteiras entre público, privado, filantrópico e não-governamental vão sendo constantemente deslocadas e redefinidas.



A visualização das redes aponta para a necessidade de abordagens que tomem articuladamente o macro e micro, as instâncias governamentais e não-governamentais, a via oficial e não-oficial. A análise que empreendemos até o momento tornou possível colocar em questão o papel das empresas, das fundações e institutos e dos intelectuais na composição da rede que fomentou a produção da BNCC.

## REFERÊNCIAS

BALL, Stephen. Performatividade, privatização e o pós Estado. **Educ. Soc.**, Campinas, v.25, n.89, p. 1105-1126, set./dez. 2004.

\_\_\_\_\_. **Educação Global S.A. Novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2012.

BRASIL. **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2014.

CALLON, Michel. Redes tecno-econômicas e irreversibilidad. **Redes**, Vol. VIII, Nº 17, junho de 2001. Último acesso em 5 de janeiro de 2018. Disponível em

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera Maria Vidal. Implicações do Programa Dinheiro Direto na Escola para a Gestão da Escola Pública. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 98, p. 253-267, jan./abr. 2007. Disponível em <https://www.cedes.unicamp.br/>. Último acesso em 10 de janeiro de 2019.

\_\_\_\_\_. Implicações do Programa Dinheiro Direto na Escola para a Gestão da Escola Pública. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 98, p. 253-267, jan./abr. 2007. Disponível em [www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br) Último acesso em 14 de fevereiro de 2019.